

Invisíveis e solitários: o jornalismo investigativo praticado por jornalistas de rádios comunitárias no interior do Brasil

Invisible and alone: the investigative journalism made by journalists from community radios in the interior of Brazil

Matheus Dias Galdino SOARES¹

José Carlos FERNANDES²

Resumo: Rádios comunitárias tendem a ocupar espaço abandonado pela grande imprensa na cobertura local e o fazem em sintonia com os princípios do jornalismo cidadão - num processo nem sempre consciente. Esse localismo elaborado coloca os jornalistas das emissoras num processo de “frontalidade” com as fontes e numa escala de tensões próxima das enfrentadas por quem faz jornalismo investigativo - termo que não mais lhes causa estranheza. Estudo de caso com entrevistas estruturadas com seis radialistas em atividade no interior do Paraná.

Palavras-Chave: Jornalismo Investigativo. Rádios Comunitárias. Jornalismo no Interior.

Abstract: Community Radios tend to be left on an abandoned space by the mainstream press on local coverage, which they do in tune with citizen journalism principles - not always aware of it. This labored localism put the journalists from these broadcasters in a process of “frontality” with the sources and in a scale of tensions close to those faced by the professionals that work with investigative journalism - a term that no longer brings strangeness to them. This is a study of case featuring structured interviews with six radio professionals working in the interior of Paraná state.

Keywords: Investigative Journalism. Community Radios. Journalism on the Interior.

¹Matheus Dias Galdino Soares é jornalista, mestrando em Comunicação pela UFPR. Pesquisa rádios comunitárias. Atuou como repórter, assessor e redator. Email: aomatheusao@gmail.com

²José Carlos Fernandes é jornalista profissional com 30 anos de atividades. É doutor e mestre em Estudos Literários. Trabalha com ensino, pesquisa e extensão no curso de Jornalismo da UFPR. Email: zecafernandes1964@gmail.com

.....

1. Introdução

A mudança profunda no modelo de negócios do jornalismo (FÍGARO, 2018), somada aos ataques contínuos contra a imprensa (MELLO, 2020), desencadearam um movimento – ainda em seus inícios – de observação benevolente dos chamados “pequenos veículos”, a exemplo de jornais de baixa circulação, sites hiperlocais, rádios e tevês comunitárias. Vistos tradicionalmente com desconfiança, por sua baixa capacidade de cumprir protocolos técnicos do jornalismo profissional – como checagem exaustiva, edição cuidadosa e investimento em reportagem – e pela manipulação flagrante que tendem a sofrer, por parte de políticos e empresários, esses veículos quase invisíveis, à revelia de suas limitações estruturais e escassos recursos humanos, passam, de forma paulatina, a ser reconhecidos como parceiros dos jornalistas da grande mídia. Não raro, são base silenciosa para investigações jornalísticas.

Some-se a esse quadro de indicativos guardarem uma aura romântica da imprensa *in loco*, valorizado agora sobremaneira, por estar em oposição à massiva instalação de baias, nas quais jornalistas solitários são apartados do contato com as ruas, vendo-se imobilizados pelas exigências tecnicistas do jornalismo de dados e dos expedientes digitais (MARCONDES FILHO, 1993).

Ainda que de forma empírica, pode-se afirmar que o movimento de redução contínua das redações, fenômeno agravado na última década, disponibilizou para o mercado repórteres mais experientes, treinados nas grandes corporações. Muitos encontraram postos de atuação nas assessorias e em projetos solo, mas também em pequenas empresas de comunicação, como rádios comunitárias³. Pode-se supor que lhes alteraram o status, ampliando-lhes as

³ Há um “lugar difícil” na categorização dos jornalistas que atuam em rádios comunitárias, tanto quanto em captar os movimentos da categoria - altamente líquida. A pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* (MICK, LIMA, 2013) oferece parâmetros para pensar essa invisibilidade. Em sua amplitude, o estudo nomina os radialistas - no genérico - e considera que há sobreposições de algumas atividades nos grupos “jornalistas na mídia” e “jornalistas fora da mídia”, o que indica que os “comunitários” se encontram num vácuo conceitual. Resta que se autodeclararem, a partir de como se enxergam.

redes e, por extensão, reduzindo o isolamento ao qual pareciam fadadas. Realizam, ali, o sonho do jornalismo hiperlocal (MEYER, 2007), sem abrir mão, por certo, da ambição de assinar coberturas de impacto. Essa é uma variante ainda em vias de ser estudada.

Em tese, no cenário de crise e reação à crise instala na imprensa uma perspectiva de interesse tanto para pesquisadores quanto para profissionais de mercado: jornalistas dos veículos “nanicos” – para usar aqui um termo caro aos jornais de resistência ao regime civil-militar instalado em 1964 – desafiam as condicionantes do “terceiro escalão” a que pareciam limitados e tendem a colaborar na construção de informações de grande interesse público (BUCCI, 2000). Quando não, antecipam-se a elas, oferecendo dados seminais sobre desrespeito às leis ambientais, violência praticada no interior do país e desmandos políticos.

A título de ilustração, empresas familiares, camicases ou administradas por lobos solitários foram fundamentais na cobertura de tragédias ambientais como as de Mariana (MG), em 2015, e Brumadinho (MG), em 2019, tendo formado uma força tarefa ao lado da mídia mais estruturada. E mesmo antes dela, quando acenavam para o perigo eminente do rompimento da barragem, sem que fossem creditados⁴. Com base nessas evidências, deve-se considerar que, ainda que envoltos em precariedades e vícios de cobertura, os pequenos veículos se firmam como peças de resistência e contribuem sobremaneira na afirmação da imprensa como um dos esteios da democracia (KOVACH, ROSENSTIEL, 2003).

Nessa direção, o presente artigo explora de que maneira rádios comunitárias em atuação no estado do Paraná desenvolvem – mesmo que numa medida incipiente – as práticas do jornalismo investigativo (FORTES, 2005), se as reconhecem como tal, se problematizam o termo e que tipo de obstáculos costumam enfrentar, por estarem próximos em demasia das comunidades – logo, mais sujeitos a pressão, em caso de conflito de interesses. Some-se a esse elenco de questões a percepção dos profissionais das rádios pesquisadas acerca das

⁴ Informação dada pela jornalista Elvira Lobato, no 14.º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Abraji, em São Paulo, 2019, ao falar de seu projeto, junto ao Observatório da Imprensa, de cartografia nacional dos pequenos veículos. Pesquisa nasceu na esteira do livro-reportagem *Antenas da floresta: a saga das TVs na Amazônia* (Objetiva, 2017), sobre desaparecimento anunciado das tevês sem sinal digital, na Região Norte. Investigação levou Lobato a perceber a rede biodiversa que essas emissoras formavam com outros veículos e a importância que têm para a afirmação do trabalho da imprensa no interior do Brasil.

contingências de não contar com o aporte empresarial, em caso de haver impasses jurídicos numa determinada cobertura. O “medo de processos” inibe os pequenos ao se verem diante de uma pauta investigativa? Há um jornalismo investigativo latente, porém inviabilizado, nos rincões do país?

O jornalista investigativo de veículo alternativo/comunitário em atuação no interior ou em periferias de grandes centros urbanos enfrenta alta vulnerabilidade diante de figuras públicas, como empresários, fazendeiros e políticos, que porventura se sintam atingidos por uma reportagem que lhes desagrade. A esse embate, que ocorre sem as “paredes” e sem aparato jurídico (MACHADO, 2018) das grandes corporações de comunicação, chamaremos de “frontalidade”. Importa à pesquisa tanto constatar a falta de aparato entre fonte e jornalista como listar estratégias encontradas por comunicadores de rádio do interior para fazer valer o jornalismo de investigação.

Servem de suporte para essa empreitada as pesquisas de Roseli Fígaro, da Universidade de São Paulo (USP), sobre o que chama de “arranjos” dos jornalistas para se manterem na profissão na última década; o levantamento da jornalista Elvira Lobato, que mapeia a imprensa fora do eixo, numa parceria com o Observatório da Imprensa; e o projeto de pesquisa “Jovens e consumo midiático em tempos de convergência: Brasil Profundo”, capitaneado pela pesquisadora Nilda Jacks (2018), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), cujo objetivo é mapear modos de conexão e informação juvenil nos pontos mais distantes do país. Nos três casos, emergem registros em torno da ação e interação de veículos de comunicação diminutos, comprovando ser um foco da imprensa - em pulsação e a ser observado.

O presente artigo se alinha aos temas “A teoria e a prática do jornalismo investigativo no Brasil” e “Jornalismo investigativo e segurança no trabalho”, no qual se busca constituir um vínculo entre práticas de Jornalismo Investigativo e rotinas produtivas nos veículos comunitários. A coleta de dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas (DUARTE, BARROS, 2011; BARDIN, 2016) com seis jornalistas de rádios comunitárias atuantes em regiões diferentes do Paraná. Os profissionais contatados responderam perguntas fechadas e

abertas, com liberdade para narrar episódios da rotina de trabalho, dos quais se pode extrair elementos para a continuidade do estudo. Este artigo é o primeiro desdobramento do projeto de pesquisa sobre as emissoras de radiodifusão comunitária no estado, de Matheus Dias Galdino Soares, para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Utilizamos as investigações de Elvira Lobato; os conceitos de jornalismo investigativo elencados por Mauri König (2019); as ponderações de Solano Nascimento (2010) sobre a atual performance do jornalismo investigativo. Paralelo, explorou-se temas como comunicação comunitária, popular e alternativa (PERUZZO, 2006); e a situação política e operacional das rádios comunitárias (ROSEMBACH, 2006; MOREIRA, 2013). A hipótese é que apesar da invisibilidade e da fragilidade jurídica e financeira que as rádios comunitárias enfrentam, seus profissionais buscam em alguma medida se guiar por diretrizes jornalísticas e realizar algum trabalho investigativo – por ser a investigação da natureza do jornalista no exercício de sua profissão.

2. Referencial teórico

Os elos estreitos entre comunicação e comunidade estão fartamente documentados na literatura – encontrando corolários em Muniz Sodré (2006) e na obra do sociólogo Richard Sennett: “O que significa, de maneira mais genérica, que o que ganhamos com tipos mais exigentes de cooperação é a compreensão de nós mesmos” (2012, p. 17). No bojo da poética da comunicação comunitária ou da comunicação popular vem, contudo, o cipoal semântico das palavras que formam essas expressões – usadas à exaustão, prestando-se a todo e qualquer sentido, um debate do qual aqui se deve desviar, tamanhas suas obrigações.

Adotamos a formulação de Pena (2007), para quem “o jornalismo comunitário atende às demandas da cidadania e serve como instrumento de mobilização social” (p. 185); e tem como base a disposição para levar informações importantes para as

comunidades que precisam dela. Essa fórmula – diretiva e pragmática – foi construída paripassu com a comunicação popular, termo não menos impreciso e problemático, com fôlego para nos catapultar rumo a seus capítulos passados, o da imprensa operária das primeiras décadas do século XX, da Ação Católica nos anos 1950 e mesmo às Comunidades Eclesiais de Bases, as Cebs, na década de 1970. Envolve, igualmente, os princípios da Folkcomunicação, os “modos” de ser, viver e dizer dos povos tradicionais, mas, não sem menos importância, remete às práticas comunicativas direcionadas a grupos determinados – não raro os mais vulneráveis e isolados (MIANI, 2007). Este sentido politizado se faz presente nas definições tanto da comunicação comunitária, como na comunicação alternativa e popular. Contudo, na realidade brasileira, tais definições têm adquirido um sentido mais sistemático e menos politizado, voltado para a definição técnica e estatística dos meios, especialmente com a consolidação legal de sua regulamentação (PERUZZO, 2008).

De qualquer maneira, o “popular”, o “comunitário” e o “cidadão” trazem na sua epistemologia a resistência civil (MOTTA, 2008). São, por natureza, uma reação à máquina niveladora da indústria cultural, que impõe à massa sua lógica, sua estética, com onipresença e onipotência. Uma rádio comunitária – ainda que sujeita a toda sorte de fragilidades, inclusive a de coerência com sua natureza – existe para refrear a centralidade dos grandes meios de comunicação, ainda que não se deva negar sua importância para a construção da sociedade democrática.

Os termos em questão ganham ainda mais força – em seu caráter de resistência – quando se considera estar firmado o divórcio entre o conceito de “povo” e o de “nação”, que quando tratados de forma indissociada, se prestam a discursos épicos e autoritários. Há um movimento no sentido de entender o povo como uma pluralidade de identidades (CANCLINI, 2015), disposição que inibe a domesticação da palavra “comunitário”, valorizando-a por sua alta temperatura simbólica. O quanto as rádios

comunitárias se engajam nesse movimento – no recorte deste artigo – é algo que só será possível dizer com desdobramentos da pesquisa.

Por ora, resta acentuar que as rádios se constituem como territórios de reação à massificação, ao globalismo, e que nascem da crença da reciprocidade como elemento constitutivo das comunidades – o lugar em que a vida se dá. A comunicação radiofônica historicamente se mostrou uma espécie de platô privilegiado para a consolidação dessa experiência. A rádio é por tabela uma mediadora do popular – na técnica e na maneira como viabiliza os discursos orais (MARTÍN-BARBERO, 2015; MELO, 2008), ou seja, comunica na forma linguística daqueles que a ouvem.

A síntese política-popular contida na ideia do que seja uma rádio-comunitária, não por menos, é uma fonte de paixões e mesmo de complôs. Uma história do rádio na América Latina, por isso, vai ser uma história de disputa por esse poder ou de sua restrição – haja visto o crescimento contínuo das legislações (MOREIRA, 2013), quase sempre inibidoras. Para muitas emissoras restou a clandestinidade, em núcleos silenciosos nos quais se articulou a luta pelo direito à comunicação. Negar a esses nichos participação direta no melhor do jornalismo equivale a faltar com a verdade.

No Brasil, essas reivindicações ganharam força paralelo à abertura política – tendo entre suas forças a Frente Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), cuja atuação ganhou desdobramentos na Lei da Radiodifusão Comunitária de 1998, e no Código Brasileiro de Telecomunicações, de 2001 (MOREIRA, 2003). No país das estimadas 20 mil rádios comunitárias, da década de 1990⁵, as forças de regulação não foram nada santas, redundando na repressão à mídia comunitária – inclusive na forma legal, que lhe impõe limites burocráticos dracônicos.

⁵ De acordo com os registros da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), em agosto de 2020 o Brasil todo possui 4.557 concessões de radiodifusão comunitária. Minas Gerais é o estado com mais outorgas (732). Com menos concessões, Roraima e Acre possuem seis emissoras cada. A informação é pública e pode ser obtida diretamente a partir da estrutura dos sistemas interativos da autarquia em: <https://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=E>

Os saberes e fazeres do jornalismo popular e comunitário – ainda que transitem em zonas escuras das políticas de comunicação – ganharam releituras e articulações no jornalismo cidadão. Em sua sofisticação formal, essa formulação teórico-prática não só dialoga com um sem número de premissas da comunicação em comunidades, como – grifo nosso – as catapulta para além do engessamento da luta política, na qual transita de forma crônica. O caráter cívico, público e transformador do jornalismo cidadão (TRAQUINA, 2005) é potente por força do vínculo com as comunidades, dos discursos contra-hegemônicos, das oitivas e participação na sociedade organizada, da proposição de saídas e não apenas da constatação de problemas, entre outros princípios dessa corrente que irmanam e redimensionam o popular e o cívico numa Contra-Reforma comunicacional.

O interesse crescente pelo jornalismo investigativo, se não coincide no tempo exato com o alvorecer do jornalismo cidadão, é com folga seu parceiro, pois encontra nesse movimento um terreno propício para se desenvolver. Ao surgir, nos EUA da década de 1960, o jornalismo investigativo não foi só reação à crença religiosa na objetividade. Foi também um arcabouço crítico às práticas jornalísticas, o que contribuiu para depurá-las (SCHUDSON, 2010) – e mesmo levá-las de encontro à “verdade” contida em outras práticas.

Esse potencial interativo e conceitual ganha fôlego na imprensa brasileira, onde tanto a investigação, quanto o popular e o comunitário habitam o imaginário das práticas jornalísticas. Contudo, jornalismo investigativo, propriamente dito, é um trabalho pouco realizado dentro da realidade da profissão, como aponta König (2019). Esta atividade, segundo o autor, que também é um dos mais premiados jornalistas investigativos do país, exige um trabalho especial que está para além de *deadlines*, além de uma exploração estratégica das informações, das fontes e dos recursos disponíveis.

Quando essas forças se encontram, geram reação, pois são centradas no interesse público e no público (NASCIMENTO, 2010). Tal encontro se deu em meio à redemocratização, nos anos 1980, provocando uma colagem de tendências que vai encontrar no jornalismo cidadão o seu ponto de equilíbrio. Ou pelo menos assim se quer crer.

3. Metodologia

Antes da realização das entrevistas que formam o corpo desta pesquisa, realizou-se um levantamento para estimar o estado da arte sobre jornalismo investigativo em rádios comunitárias - sem caráter conclusivo. Foram consultados repositórios SciELO e Google Scholar, além dos repositórios de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), instituições com tradição nas pesquisas em comunicação comunitária, alternativa e arranjos do jornalismo cidadão. Nessas fontes foram encontrados estudos que relacionam o jornalismo (teoria, prática, gêneros e padrões) às rádios comunitárias, porém não se obteve resultados que vinculem rádios comunitárias a jornalismo investigativo.

Paralelo à revisão bibliográfica sobre jornalismo cidadão, jornalismo comunitário e jornalismo investigativo, foram feitas entrevistas semiestruturadas com radialistas de emissoras comunitárias de todo o estado do Paraná. As perguntas – 17 no total – obedeceram a um questionário que alterna questões abertas e fechadas. O resultado tem valor de enquete, dada sua pequena extensão. A intencionalidade, entre outras, foi encontrar padrões e diferenças na atuação dos entrevistados, de modo a levantar dados que permitam balizar investigação jornalísticas e práticas de rádios comunitárias.

Foram consideradas as problematizações de Bardin (2016) quanto ao método – seu caráter qualitativo e o risco de ao pinçar temas, do conjunto de entrevistas, em busca de similaridades e dissonâncias, reduzir a “equação particular do indivíduo” (p. 94), no afã de alcançar o social. Entendemos que essas entrevistas serão reconsideradas nos desdobramentos

da pesquisa, sendo retomadas, ampliadas e reanalisadas em seu sentido estrutural. Para esta etapa, a opção é a da divisão por sinopses, cuja organicidade, ainda que imperfeita, serve de base para futuros exercícios de decifração linguística das falas recolhidas.

Segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), há 307 concessões para a radiodifusão comunitária espalhadas pelos 399 municípios do estado do Paraná. As seis entrevistas traçam um vetor com o intuito de cobrir essa distribuição, de modo a dar início a um mapa, a ser aprofundado na sequência da pesquisa. O recorte geográfico se baseia nas mesorregiões do estado do Paraná, com as quais buscamos o registro da fala de profissionais de rádios comunitárias do Norte Pioneiro (Joaquim Távora), Norte Novo (Santa Mariana), Campos Gerais (Ponta Grossa), Centro (Guarapuava), Sul (São Mateus do Sul), Oeste (Cascavel), Litoral (Paranaguá) e Sudoeste (Pato Branco). Apesar da insistência dos pesquisadores em contatar diferentes profissionais para a entrevista, radialistas do Sudoeste e do Sul do estado não puderam ser encontrados ou se recusaram a participar. Curitiba e Região Metropolitana (RMC) não entraram para o corpo de análise, pois o artigo se propõe a observar o interior do estado, além da concentração de emissoras na RMC - cuja área abriga 30% da população do estado - exige pesquisa em raia própria.

O questionário foi dividido em três blocos: 1) **Jornalismo investigativo** (seis questões), com o objetivo de registrar qual o grau de aproximação do profissional com o termo em si, bem como suas percepções críticas sobre o jornalismo praticado pelas rádios comunitárias, seguidas de análise sobre sua própria atuação no campo investigativo; 2) **Rotinas jornalísticas** (cinco questões), cujo intuito é captar detalhes sobre as condições de apuração na emissora na qual o profissional atua; listar recursos operacionais da empresa, se o jornalista sente fragilidade jurídica e possíveis riscos causados pela proximidade geográfica com as fontes, quando se sentem atingidas pelo conteúdo jornalístico; 3) **Práticas de risco** (seis questões), bloco que registra situações de censura e autocensura, constrangimento, humilhação, achaque ou outro tipo de afronta à segurança ou ameaça à liberdade de expressão. Buscou-se saber dos profissionais quais são suas práticas de autoproteção e se a emissora dá orientações e retaguarda aos profissionais.

As entrevistas se deram por telefone, sendo gravadas via aplicativo. Informou-se os entrevistados previamente sobre objetivos da pesquisa, conforme consta no roteiro de perguntas e no áudio captado nos diálogos. O critério estabelecido para participar foi atuar ou ter atuado em alguma rádio comunitária, uma vez que muitos dos profissionais que circulam no setor não ficam muito tempo em um mesmo veículo e, tal como os demais, enfrentam a desproletarização do ofício de jornalista (SERVA, 2014). Alguns trabalham voluntariamente.

4. Análise das entrevistas

A presente pesquisa pretende sugerir em que medida, condições e com quais consequências o jornalismo investigativo é praticado em seis das 307 emissoras comunitárias paranaenses. Segue uma **súmula dos resultados**, a partir das respostas mais urgentes e relevantes para responder à formulação deste artigo:

A) **Percepção do termo “jornalismo investigativo” e das práticas:** quatro dos seis profissionais pesquisados entendem o termo “jornalismo investigativo” como “válido” para definir uma forma específica de se fazer jornalismo em profundidade e dotado de técnicas de apuração diferenciadas das corriqueiras. Dois dos ouvidos acham redundante a expressão “jornalismo investigativo”, por ser a investigação inerente ao jornalismo. No conjunto, dois entrevistados afirmam ter conhecimento satisfatório sobre radiojornalismo e investigação; dois dizem ter conhecimento médio; dois afirmam ter baixo conhecimento em técnica jornalística no rádio.

Perguntados “se as rádios comunitárias fazem jornalismo investigativo”, dois profissionais responderam “não”. Outros quatro disseram “sim”, com ressalvas. Apontam como senões para a prática, a limitação de recursos humanos e financeiros, o envolvimento pessoal ou político dos diretores das rádios com grupos locais (mesmo que vetados por lei), as restrições técnicas e a legislação, embora a Lei de Radiodifusão Comunitária não impeça a realização de jornalismo por essas emissoras. Pelo contrário: em seu artigo 3º, a legislação diz:

O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I- Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II- Oferecer mecanismo à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III- Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV- Contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V- permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível; (BRASIL, 1998)

Os exemplos mais citados de prática de jornalismo investigativo nas rádios comunitárias têm como exemplo material jornalístico que atingiu prefeitos, vereadores e servidores municipais das cidades onde a rádio atua. A técnica mais citada foi a consulta a dados oficiais divulgados por portais de transparência a fim de averiguar os recursos utilizados em obras públicas. Também foi citada como “jornalismo investigação” a apuração feita de forma presencial em espaços públicos, em especial as Unidades Básicas de Saúde, alvo constante de denúncias às emissoras, acusando falta de médicos, vagas insuficientes para consultas, mau atendimento ou erros médicos que levam a complicações, sequelas e óbitos.

“Acredito que a lei das Rádios Comunitárias limita a possibilidade da emissora em fazer jornalismo investigativo. Não sei se isso seria ou não jornalismo investigativo.”
(radialista do Norte Pioneiro)

“Há dois anos uma pessoa sumiu. Encontraram uma ossada agora há pouco. Durante esse tempo a rádio trouxe regularmente conteúdos sobre o caso: amigos, relatos, locais por onde a pessoa passou. Agora que a ossada apareceu, a rádio está acompanhando trabalho dos legistas e da PM para divulgar se o corpo pertence ou não à pessoa desaparecida.” (radialista do Norte Novo)

B) Rotinas: Cinco dos seis radialistas entrevistados afirmaram que as condições de apuração na emissora em que trabalham são “razoáveis”. Um dos profissionais disse que as condições são precárias. Enquanto rotinas, a maioria dos jornalistas comunitários afirmam que possuem alguma liberdade para trabalhar, mas falta tempo, apoio de mais funcionários na emissora e outros recursos que dependem de dinheiro. Dois dos radialistas disseram que não realizam trabalho investigativo pois o diretor da rádio prefere evitar que a emissora se envolva em assuntos relacionados à política. A maioria dos profissionais afirma já ter

desistido de pautas jornalísticas por falta de condições de apurar. Cinco dos seis radialistas entrevistados dizem nunca terem repassado para outros veículos de maior porte denúncias investigativas.

“Não passamos denúncias adiante porque sabemos que os demais veículos noticiosos da região não irão apurar. Especialmente se forem assuntos relacionados à política regional. Todos eles têm algum tipo de laço com governador, deputado ou prefeito.” **(radialista dos Campos Gerais)**.

“A rádio em que eu trabalhava era de um pastor evangélico e o público era majoritariamente religioso (...). Na época em que eu trabalhei lá havia um jornal diário, mas ele [o pastor] nos orientava a não entrar no tema da política ou qualquer assunto que fosse polêmico.” **(radialista do Centro)**

C) “Frontalidade”: Todos os entrevistados afirmam terem sofrido ou saberem de algum colega que sofreu assédio ou algum tipo de represália por parte dos que se sentiram atingidos por matérias veiculadas nas rádios. Além de ligações com reclamações e queixas diretas ao proprietário da emissora, o principal tipo de represália está relacionada ao financiamento da rádio comunitária. Restringidas a receber verba na forma de apoio cultural, os entrevistados mencionam pressões políticas oriundas das cúpulas da administração municipal, que ameaçam usar de sua influência para barrar apoiadores culturais da rádio.

Foram mencionadas ainda represálias na forma de denúncias falsas de irregularidades nas rádios, esboçadas por fontes atingidas por matérias. Segundo os radialistas que narraram esses episódios, as denúncias vazias são feitas em várias esferas e escalas - podendo se dirigir tanto ao Ministério das Comunicações quanto à Vigilância Sanitária local. Ninguém relatou o efeito prático dessas investidas.

“Soube de casos nos quais denunciaram a emissora para a Vigilância Sanitária, que chegou a ser fechada pela administração municipal alegando que o lugar era insalubre. A rádio entrou com mandado de segurança e pode voltar a operar.” **(radialista do Oeste)**.

“Acredito que a proximidade pode gerar autocensura sim. Podemos nos sentir acuados pela falta de recursos para encarar uma matéria.” **(radialista do Litoral)**

Um dos profissionais de emissoras comunitárias mencionou ter sido acionado na Justiça em decorrência de matérias veiculadas pela rádio. Segundo ele, o atingido processou toda a equipe da rádio comunitária, perdendo a causa em todos os litígios. O jornalista, entretanto, afirma ter arcado com os honorários de sua própria defesa, sem apoio da emissora. Outra forma de assédio mencionada partiu da Polícia Militar. Ao se sentirem criticadas, autoridades policiais passaram a recusar o repasse de ocorrências na cidade. O motivo seria a insatisfação dos militares com a abordagem dada pela emissora comunitária, ao apontar erros na performance dos agentes.

A maioria dos radialistas entrevistados acredita que a proximidade que as emissoras comunitárias têm, seja sob o ponto de vista geográfico, político ou social, com as fontes que podem ser atingidas pelas matérias servem como um fator inibidor para a realização de pautas investigativas. A fragilidade jurídica desses meios também foi apontada como ponto frágil para a execução do jornalismo investigativo.

5 Considerações Finais

São outras – e não necessariamente melhores – as rotinas, o modelo de negócio, a hierarquia das redações e a compreensão da própria notícia trazidas ao jornalismo pela chamada era digital. Para bem, na ordem presente o fenômeno se sobrepõe ao fato bruto (SODRÉ, 2006), projetando o jornalismo como prática de transformação social que participa da construção de políticas públicas, perspectiva que o coloca para além do impacto momentâneo de uma manchete. Mesmo em meio ao campo minado aberto pela crise, a percepção fenomenológica – o que está “acontecendo” concorre na escala de valores ao “acontecido” (SODRÉ, 2012) – permite com que floresçam teorias e práticas salutares, a exemplo do jornalismo cidadão, nas suas diferentes denominações e matrizes (TRAQUINA, 2005).

É na esteira dessa “novidade” – que atualiza para o século XX e XXI a ecologia humana do sociólogo Robert Park (MAROCCO, BERGER, 2006) – que outras

práticas e teorias do jornalismo se hibridizam, o que lhes permite quebrar paredes às quais estavam limitadas (MARTINO, 2007). Paripassu com o “processo civilizatório” trazido à imprensa pelos cânones do jornalismo cidadão, pode-se dizer que seus “vizinhos”, o jornalismo comunitário e o jornalismo popular, alargam suas fronteiras e ocupam espaços abandonados pela grande imprensa. As alterações não raro esquizofrênicas no gerenciamento da comunicação as atingem tanto quanto, e o mesmo se pode dizer que as tocam as mudanças de pensares sobre a imprensa. Em resumo, rompe-se a cápsula em que o “jornalismo de vila” estava tão protegido quanto limitado.

A presente pesquisa, ainda que tenha lastro inicial e, logo, bastante limitado, oferece indícios de que as esferas do “comunitário” e “popular” – imantados desde a origem de uma atmosfera rural, pedagógica, sindical, religiosa e bairrista – ganham mais e mais interação na biodiversidade do jornalismo. O “localismo” ou “hiperlocalismo” (LIMA, FERNANDES, 2017), por exemplo, apagados frente a onipresença do noticiário político de grande audiência, encontram seu espaço em veículos de pequeno porte, como as rádios comunitárias, aqui objetificadas. O lugar onde as pessoas vivem, o ônibus que pegam, a violência que sentem – entre outras pautas que atingem diretamente o cidadão -- ficam cada vez mais relegadas aos pequenos veículos, que por força “do tempo em que estamos” tendem a tratá-los como fato, mas sobretudo como fenômeno.

Nesse cenário de redefinições de papéis, a relação dos “comunitários” e “populares” com a notícia tende a se tornar “investigativa” e sem filtros. Não há, nessas divisas, barreiras de proteção. Os achaques que sofrem não lhes chegam de forma mediada, ou apenas pelas redes sociais, mas com a mão que bate à porta.

Nas seis entrevistas-enquetes realizadas com radialistas comunitários para este artigo, há pouca estranheza com o termo e com jornalismo investigativo, o que indica

que estudaram mais (MICK, LIMA, 2013) e haver proximidade com um fazer até então circunscrito aos veículos de porte ou ao protagonismo de alguns jornalistas corajosos e iluminados. O mínimo que se pode dizer é que para os profissionais que começam seu trabalho com um “bom dia, comunidade”, há um desacato à origem paroquiana de suas atividades. Investigar e interferir se tornou um desejo. Resta saber como atravessam a ponte entre o recalque imposto pelas limitações estruturais e a realização dessa vontade. Resta como parâmetro considerar que tal disposição é inerente ao jornalismo, do qual – pelo que tudo indica – as rádios comunitárias deixam de participar como meras coadjuvantes.

Referências bibliográficas

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Ed. 70, 2016.
- BRASIL, LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19612.htm. Acesso em 30 ago 2020.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 8.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.
- DUARTE, Jorge. BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.^a ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2011)
- FIGARO, R. (org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.
- FORTES, L. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- JACKS, N. TOALDO, M. MARQUES, J.A. Jovens rurbanos: consumo midiático no “Brasil Profundo”. **Alaic - Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación**. São Paulo, 2018. V. 15, N. 29.
- KÖNIG, M. **Limites éticos e legais no jornalismo de infiltração em reportagens do GDI do Grupo RBS**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. UEPG. Ponta Grossa, 2019.
- KOVACH, Bill. ROSENSTIEL, Tom. **Elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.
- LOBATO, E. **Antenas da Floresta: a saga das tvs da Amazônia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.
- MACHADO, C. **O jornalismo no banco dos réus: análise de indenizações por dano moral julgadas pelo TJSC entre 2010 e 2017**. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. UFSC. Florianópolis, 2018.
- MARCONDES FILHO, Ciro. **Jornalismo fin-de-siècle**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015. 7.^a ed.
- MELO, José Marques de. **Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação**. São Paulo: Paulus, 2008.
- MIANI, R. A. Cultura popular. In: GADINI, S. WOITOWICZ, K. (orgs.). **Noções básicas de folkcomunicação: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões**. Ponta Grossa (PR): Ed. UEPG, 2007.
- MOREIRA, Gislene. É legal? A regulação da comunicação comunitária na esquerda latino-americana. **Intercom - Revista brasileira de ciências da comunicação**. São Paulo, v. 36, n.1, jan/jun 2013.
- MAROCCO, B. BERGER, C. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Estética da comunicação**: da consciência comunicativa ao “eu” digital. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio**: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?**: como salvar o jornalismo na era da informação. São Paulo: Contexto, 2007.

MICK, Jacques (coord.). LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis (SC): Insular, 2012.

MOTTA, L. G. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. In: CHRISTOFOLETTI, R. MOTTA, L.G. (orgs.) **Observatórios da mídia**: olhares da cidadania. São Paulo: Paulus, 2008.

NASCIMENTO, S. **Os novos escribas**: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERUZZO, C. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor. In: **XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2006. Brasília. Paper do Núcleo de Pesquisa “Comunicação para Cidadania”. Brasília: INTERCOM/UnB, 2006. p. 46-61.

ROSEMBACH, C. J. **O jornalismo nas rádios comunitárias**. Dissertação de Mestrado em Comunicação e Semiótica. PUC-SP. São Paulo, 2006.

SENNETT, Richard. **Juntos**: os rituais, os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012)

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos, Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

SERVA, Leão. **A desintegração dos jornais**. São Paulo: Ed. Reflexão, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia e política. Petrópolis (RJ): Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. 2.^a ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2.^a ed. Florianópolis (SC): Insular, 2005.

LIMA, M.R. del Vecchio de. FERNANDES, J.C. Conexões entre o hiperlocal e jornalismo investigativo: algumas reflexões e observações. **Comunicação & inovação**. Vol. 18. São Caetano do Sul (SP): USCS, 2017.

Disponível: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/3873